



Tribuna



ZAP DO SINDICATO
11 97407-3791

Metalúrgica



Nº 4640 • QUARTA-FEIRA • 2 DE SETEMBRO DE 2020 • SMABC.ORG.BR

Até quando vamos aguentar?

PÁGINA 3



ESTADO DE SÃO PAULO ULTRAPASSA ESPANHA EM MORTES PELA COVID-19

Coronavírus no ABC

Casos: 55668 (+ 345 em 31/08/2020)

Mortes: 2178 (+ 14 em 30/08/2020)

Letalidade: 3,9%

● Média móvel dos últimos 7 dias

Casos: 404 por dia

Mortes: 13 por dia

● Variação da média móvel (14 dias)

Casos: - 20,5%

Mortes: -20,4%

Com mais de 30 mil mortes, o Estado de São Paulo ultrapassou o total de óbitos da Espanha, que registrou 29.011 vidas perdidas. O Estado tem cerca de 44 milhões de habitantes e a Espanha, 47 milhões.

O total no Estado está em 804.342 casos e 30.014 mortes, segundo a Fundação Seade. Em 24h, foram 36 óbitos e 938 casos.

A média móvel é de 216 mortes por dia na última semana. Há 96 dias São Paulo registra média acima de 200 pessoas mortas por dia. Sem registrar redução que confirme a saída do pico da pandemia, não há como relaxar a necessidade do isolamento social.

A Região Metropolitana está com 51,4% dos leitos de UTI ocupados. Dos casos, 32,1% foram na capital, 18,5% na Região Metropolitana (exceto capital) e 49,5% no interior/litoral.

ABC

No total, a região já registra 55.668 casos e 2.178 mortes. Em 24h, foram 345 casos e 14 óbitos, de acordo com painel

de acompanhamento da ABC Dados.

Do total, São Bernardo é a cidade responsável por 24.902 casos e 773 pessoas mortas pela Covid-19.

Em sete dias, a média móvel do novo coronavírus nas sete cidades do ABC é de 13 vidas perdidas por dia e 404 novos casos por dia. A variação da média móvel em 14 dias foi de -20,5% casos e -20,4% mortes.

A taxa de letalidade do ABC (3,9%) é mais alta do que a do Estado de São Paulo (3,7%) e do Brasil (3,1%).

BRASIL

O Brasil chegou a 121.381 mortes e 3.908.272 infectados, segundo o painel do Ministério da Saúde. Em 24h, foram 45.961 novos casos e 553 óbitos confirmados.

No mundo, a OMS divulgou que os casos já passaram de 25 milhões, com 850.581 mortes. As Américas, puxadas por Estados Unidos e Brasil, registraram 13,5 milhões de casos. A Índia, com 3,6 milhões de casos é o terceiro país, com 65,2 mil mortes.

NOTAS E RECADOS

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Somos todos gados?

O Min. da Saúde oficializou um veterinário como diretor do Dep. de Imunizações e Doenças Transmissíveis, responsável por decisões sobre a futura vacina contra o coronavírus.



Violência contra ativistas

Quase 90% da violência contra ativistas e defensores da terra e do meio ambiente do Brasil está na Amazônia, segundo o relatório anual da ONG Global Witness.



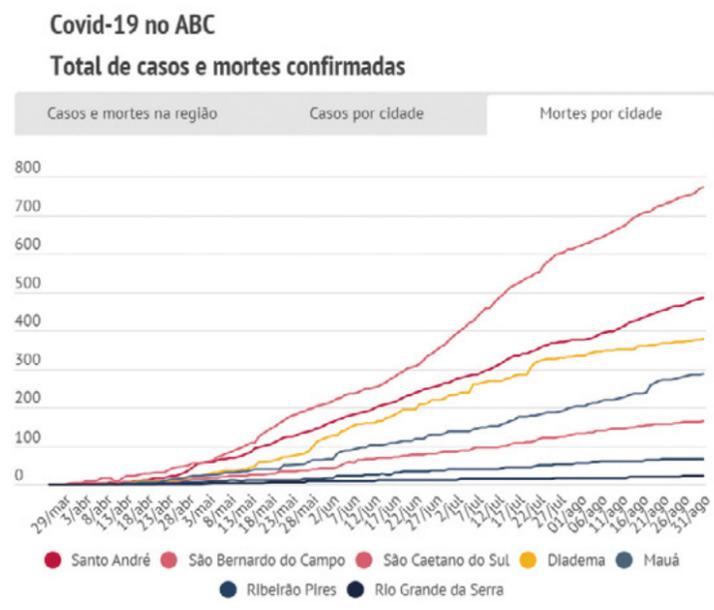
Porta fechadas

Sem crédito do governo, este ano, 700 mil pequenos negócios fecharam as portas, deixando sem emprego e sem renda milhares de trabalhadores.



Quebra no PIB

O PIB caiu 9,7% do 1º para o 2º trimestre. Na comparação com igual período de 2019, a queda foi de 11,4%. Foram as retrações mais intensas da série.



CONFIRA SEUS DIREITOS



COMENTE ESTE ARTIGO.
ENVIE UM E-MAIL PARA
JURIDICO@SMABC.ORG.BR
DEPARTAMENTO JURÍDICO

Não faz muito tempo. Em 31 de agosto de 2016, há quatro anos, a presidenta Dilma foi apeada do poder. Consumado o impeachment, iniciou-se a segunda fase do golpe contra a democracia.

Aí vieram a terceirização total (com as leis 13.429 e 13.467 de 2017); a reforma Trabalhista, que suprimiu tantos direitos trabalhistas e criou o contrato de trabalho intermitente, ou seja, emprego sem garantia de trabalho e de salário (Lei 13.467/2017); e o enfraquecimento dos sindicatos, a fim de impedir a

resistência aos ataques contra os direitos dos trabalhadores.

Não suficiente, consumou-se a reforma da Previdência em novembro de 2019 (Emenda nº 103 à Constituição Federal), que dificultou em muito o acesso dos segurados aos benefícios previdenciários, sobretudo à aposentadoria (agora aos 65 anos, se homem, e 62 anos, se mulher, observado ainda o tempo mínimo de contribuição).

O governo Bolsonaro também extinguiu o Ministério do Trabalho, o que é

coerente com seus princípios. Não suficiente, autorizaram amplamente o trabalho aos domingos, inclusive para os trabalhadores da indústria, sem qualquer necessidade para isto, por puro capricho.

E, por fim, pretendem criar (já tentaram uma vez e voltarão a propor) a Carteira de Trabalho Verde e Amarela. Dentre outras coisas, preverá que os trabalhadores receberão salários exclusivamente em razão das horas efetivamente trabalhadas, com a supressão de direitos e garantias e afastadas as normas

previstas nos acordos e nas convenções coletivas.

Isso sem falar do aumento do desemprego, da redução da renda dos trabalhadores, fechamento de fábricas e da crise econômica.

Enfim, responda você: nestes últimos quatro anos sua vida melhorou ou piorou? E com este governo o que você espera do futuro, coisas boas ou ruins para os trabalhadores?

Pense agora e pense também na hora de eleger estas pessoas, pois quem vai pagar o pato não é a Fiesp; é você.

Tribuna

Metalúrgica

Sede

Rua João Basso, 231 – Centro – São Bernardo
CEP: 09721-100 – Tel: 4128-4200
www.smabc.org.br – imprensa@smabc.org.br

Regional Diadema

Av. Encarnação, 290 – Piraporinha
CEP: 09960-010 – Tel: 4061-1040

Regional Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra
Rua Felipe Sabbag, 149 – Centro – Ribeirão Pires
CEP: 09400-130 – Tel: 4823-6898

Diretor Responsável: Moisés Selerges.
Repórteres: Luciana Yamashita e Olga Defavari.
Arte e Diagramação: Rogério Bregaida Jr.

f /SMABC i Instagram @SMABC t /SMABC SINDMETALABC @SMABC

Menos direito e menos emprego

A cada medida de ataque aos direitos dos trabalhadores, mais falsas promessas do governo de geração de emprego.

O título escolhido para começar este segundo texto da série “Até quando vamos aguentar?” é uma constatação justamente contrária ao que bradava Jair Bolsonaro no início de seu governo, dizia ele que os trabalhadores deveriam escolher entre ter emprego ou direitos e que menos direitos geraria mais emprego.

Nós, trabalhadores e trabalhadoras, nunca nos deixamos enganar e sempre soubemos que isso era falácia para agradar o empresariado brasileiro à custa do suor da classe trabalhadora.

Esta série tem a intenção de resgatar alguns acontecimentos recentes que marcaram a trajetória do país pós-golpe e que atingiram duramente a população.

Voltando a questão inicial, antes da eleição de Bolsonaro, a reforma Trabalhista foi aprovada no ilegítimo governo Temer. A medida entrou em vigor em novembro de 2017. Naquela época, a promessa do governo e sua equipe econômica era de que com a mudança seriam gerados 2 milhões de empregos. Dois anos após a aprovação dela, de acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), o saldo de vagas com carteira assinada era de 961 mil. Geração de emprego muito longe da registrada em 2010 e 2011, por exemplo, quando o país criava por ano mais de 2 milhões de vagas com carteira assinada sem precisar tirar direitos.

A reforma Trabalhista criou um cardápio de contratos de trabalho e empregos precários, liberando inclusive que o trabalhador receba abaixo de um salário mínimo por mês, oficializando o “bico” com o trabalho

intermitente e a “pejotização”.

Ainda no governo Temer foi aprovada a lei de Terceirização irrestrita que, junto com a reforma Trabalhista, significam queimar a CLT.

Como estamos tratando de memória, é importante destacar que toda essa armação para cima do trabalhador só foi possível porque o governo, mesmo com baixa aprovação da sociedade, teve apoio dos empresários e da maioria do Congresso. Entre os parlamentares que votaram contra os direitos dos trabalhadores na aprovação da reforma Trabalhista estava o deputado federal Alex Manente, aqui do ABC, uma região industrializada, que historicamente gera empregos mais bem remunerados e de qualidade.

E claro, para que conseguissem aprovar essas leis, arquitetaram antes o golpe contra a presidenta Dilma, conforme comentado na edição de ontem. **Os apoiadores do golpe receberam de presente a reforma Trabalhista.**

O maior símbolo desse grande acordo foi o pato inflável gigante, colocado em frente à sede da Fiesp, uma das entidades financiadora do golpe e que representa os interesses do empresariado paulista. Pato esse que foi ridiculamente adorado por manifestantes que foram à Av. Paulista pedir a saída da presidenta.

Dado o golpe, aprovada a reforma, fake news circulando nos grupos de WhatsApp, Bolsonaro assumiu e também fez questão de marcar sua posição definitivamente contra o povo trabalhador anunciando o fim do Ministério do Trabalho nas primeiras horas do governo, no dia primeiro de janeiro de 2019.

A pasta existia desde novembro de 1930, criada no governo de Getúlio Vargas.

O que para nós parece muito, para um governo de extrema direita ainda era pouco. O que faltava para reafirmar sua posição? Bater o martelo na aprovação da reforma da Previdência. Foi o que fizeram prejudicando a dificultando a aposentadoria de milhares de brasileiros (assunto que trataremos na edição de amanhã). Agora seguem querendo aprovar a Carteira Verde Amarela, que aprofunda a retirada de direitos que veio com a reforma Trabalhista. **A cada medida, mais conto da carochinha de geração de emprego.**

Nós, Metalúrgicos do ABC, lembramos que todos esses episódios foram combatidos com luta nas ruas, nas fábricas, tentativas várias de conscientização da população com panfletagem e conversas. Mas nada do que possamos argumentar é mais evidente que o próprio resultado de tudo isso.

O Brasil está caminhando para ser um país da precarização do trabalho, da informalidade e da uberização. O governo não tem proposta para o desenvolvimento da indústria e o país vê suas grandes companhias indo para o exterior. Estamos voltando a falar de trabalho escravo, de salários de fome e como consequência disso perdemos o respeito internacional e os investimentos estrangeiros, não há desenvolvimento, não há interesse em indústria nacional forte, só o aumento da pobreza e a falta de perspectivas da população.

Em meio a tudo isso cabe refazer a pergunta que sustenta essa série: **Até quando vamos aguentar?**





CUT e centrais rejeitam corte pela metade do valor do auxílio emergencial

A CUT e as demais centrais sindicais reagiram ao anúncio do governo Bolsonaro de redução do valor do auxílio emergencial pela metade e divulgaram nota conjunta ontem em defesa dos R\$ 600 até dezembro, com a manutenção dos mesmos critérios de acesso.

Também iniciaram pressão para que o Congresso Nacional mantenha o valor do auxílio emergencial em R\$ 600. O governo vai apresentar a Medida Provisória para votação no Congresso com a prorrogação do benefício até dezembro e a redução do valor para R\$ 300. Entre as hashtags utilizadas nas redes sociais está #600pelobrasil.

As centrais sindicais apresentaram

a proposta de auxílio emergencial durante a pandemia da Covid-19 ainda em março. O governo queria pagar apenas R\$ 200, mas a luta e a pressão dos movimentos sindicais e sociais e da bancada de oposição fizeram com que passasse a R\$ 600, valor defendido pelas centrais desde o início da crise.

“Provamos que era necessário e possível, e o Congresso aprovou um Auxílio Emergencial de R\$ 600, sendo ainda devido um Auxílio de R\$ 1.200 para a mãe chefe de família. Essa medida beneficiou mais de 65 milhões de pessoas, impedindo que caíssem na pobreza, criando uma proteção econômica efetiva para as famílias

mais vulneráveis, bem como ajudou a sustentar o consumo de bens e serviços essenciais, em especial nas regiões mais pobres do país”, diz a nota.

“Os impactos sociais e econômicos da crise sanitária já se se provam muito mais longos do que os inicialmente prospectados, com efeitos dramáticos sobre os empregos e as ocupações, bem como sobre as empresas e a dinâmica econômica, consideramos essencial que as iniciativas continuem no sentido de sustentar a renda das pessoas e famílias, estendendo os efeitos positivos de proteção social e de manutenção da demanda das famílias”, defendem as centrais no documento.



Desde que a Política de Valorização do Salário Mínimo criada no governo Lula com apoio da CUT e demais centrais terminou no ano passado, Jair Bolsonaro e seu ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, não mexeram uma palha para retomar os ganhos reais dos trabalhadores e trabalhadoras, aposentados e pensionistas que têm seus benefícios

reajustados de acordo com o valor do piso nacional.

A dupla Bolsonaro/Guedes está destruindo todos os ganhos da política, que garantiu aumento 77% no valor do salário mínimo e beneficiou negociações salariais, com 84,5% de mais de 300 categorias profissionais conquistando reajuste acima da inflação, ganho real de 42,9% no salário médio

de admissão, que passou de R\$ 772,58, em 2003, para R\$ 1.104,12 em 2013, de acordo com dados do Ministério do Trabalho.

Na lei orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional nesta segunda-feira (31), o governo propôs salário mínimo de R\$ 1.067 a partir de janeiro de 2021, com pagamento a partir de fevereiro. A

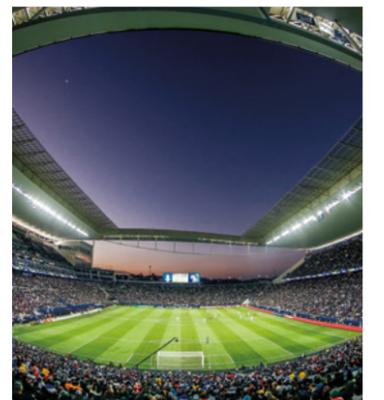
projeção inicial para 2021 era aumentar o mínimo dos atuais R\$ 1.045 para R\$ 1.079, mas o governo baixou o valor tirando R\$ 12 por mês do bolso do trabalhador. O novo valor apenas repõe a inflação projetada para 2020, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de 2,09%, ou seja, sem aumento real.

Com informações da CUT

TRIBUNA ESPORTIVA



- O técnico do Santos, Cuca, criticou o uso do VAR. “Existem mais dúvidas hoje com o VAR do que havia antes dele. É revoltante demais.”



- O Corinthians oficializou o acordo de R\$ 300 milhões por 20 anos que altera o nome da Arena Corinthians para Neo Química Arena.



- Contratado desde o início do ano, o atacante Rony fez duas assistências a gol, mas ainda não marcou pelo Palmeiras nos 1.095 minutos em que atuou.

BRASILEIRÃO

HOJE – 19H15
Goiás x Corinthians
Goiânia

HOJE – 21H30
Santos x Vasco
Vila Belmiro

HOJE – 21H30
Palmeiras x Internacional
Allianz Parque